



Perfil Socioeconômico do Município de Caibi/SC

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C182 Camfield, Claudio Eduardo Ramos et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Caibi/SC: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Claudio Eduardo Ramos Camfield, Gabriel Nunes de Oliveira, Enio Giotto, Nilson Luiz Costa, Júlia Laize Bandeira Calgaro, Saionara da Silva. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I.Camfield, Claudio Eduardo Ramos. II.Oliveira, Gabriel Nunes de. III.Giotto,Enio. IV.Costa, Nilson Luiz. V.Calgaro,Júlia Laize Bandeira. VI.Silva,Saionara da.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.
Av. do Comércio, n.618 – 2º andar – Centro
CEP.: 98360-000 / Rodeio Bonito - RS



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Sérgio Luiz Triches
Gustavo Pereira Fortes
Valéria Maria Zanatta Senger
Jocler Moresco
Walmor Liberalesso
Leocácio Gallo Paloschi
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

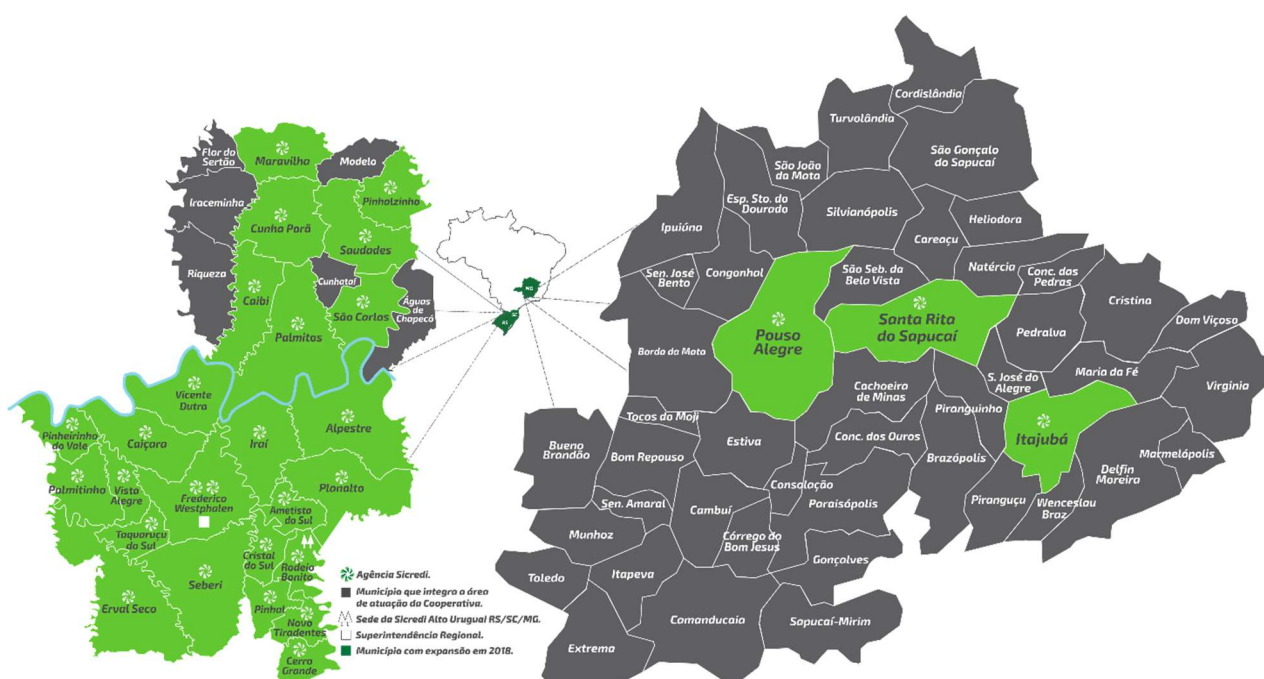
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAIBI	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Caibi	8
2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	16
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	27
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	28
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	30
3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Caibi/SC** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentada uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE CAIBI

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Caibi/SC (2019), o município está situado na microrregião geográfica do Oeste de Santa Catarina, distante 776 Km da capital do Estado, Florianópolis, 80 Km da cidade de Chapecó/SC e 50 Km de Frederico Westphalen/RS. Possui limites com os municípios de Riqueza, Iraí e Palmitos, a Norte e Oeste, Sul, e Leste, respectivamente.

Segundo a resolução 7/64 de 18 de dezembro de 1964, o município de Caibi, foi emancipado, com 171,71 Km quadrados. A Primeira eleição para prefeito aconteceu em outubro de 1965.

O município possui clima subtropical e está a uma altitude média de 325 metros acima do nível do mar. Está localizado geograficamente a latitude de 27°4'28" ao Sul do Trópico de Capricórnio, e longitude de 53°15'4" ao Oeste do Meridiano de Greenwich.

2.1. Caracterização demográfica

A colonização do local se deu por dois grupos, primeiramente os gaúchos migrantes descendentes de italianos vindos, em sua maioria, da região de Guaporé – RS. O segundo grupo é composto pelos russos-alemães que vieram por meio da Companhia Colonizadora Sul Brasil (Prefeitura Municipal de Caibi/SC, 2019).

Neste ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 6.148 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 6.219 habitantes.

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	1.757	56%	1.821	59%	3.578	58%
Rural	1.385	44%	1.256	41%	2.641	42%
Total	3.142	100%	3.077	100%	6.219	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, cerca de 58% da população de Caibi vive na zona urbana, fato que implica na predominância de atividades não rurais no município, como comércio, serviços e indústria.

Do contingente populacional total (rural e urbano), cerca de 21% tem até 14 anos, 24% de 15 a 29 anos, 42% de 30 a 59 anos e 13% 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	660	21,00	615	19,99	1.275	21
15-29 anos	761	24,22	731	23,75	1.492	24
30-59 anos	1.350	42,97	1.263	41,05	2.613	42
60 ou mais	371	11,81	468	15,21	839	13
Totais	3.142	100,00	3.077	100,00	6.219	100

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 60% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Caibi

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB Real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia das empresas do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

2.2.1. Análise da evolução do Produto Interno Bruto e da estrutura empresarial

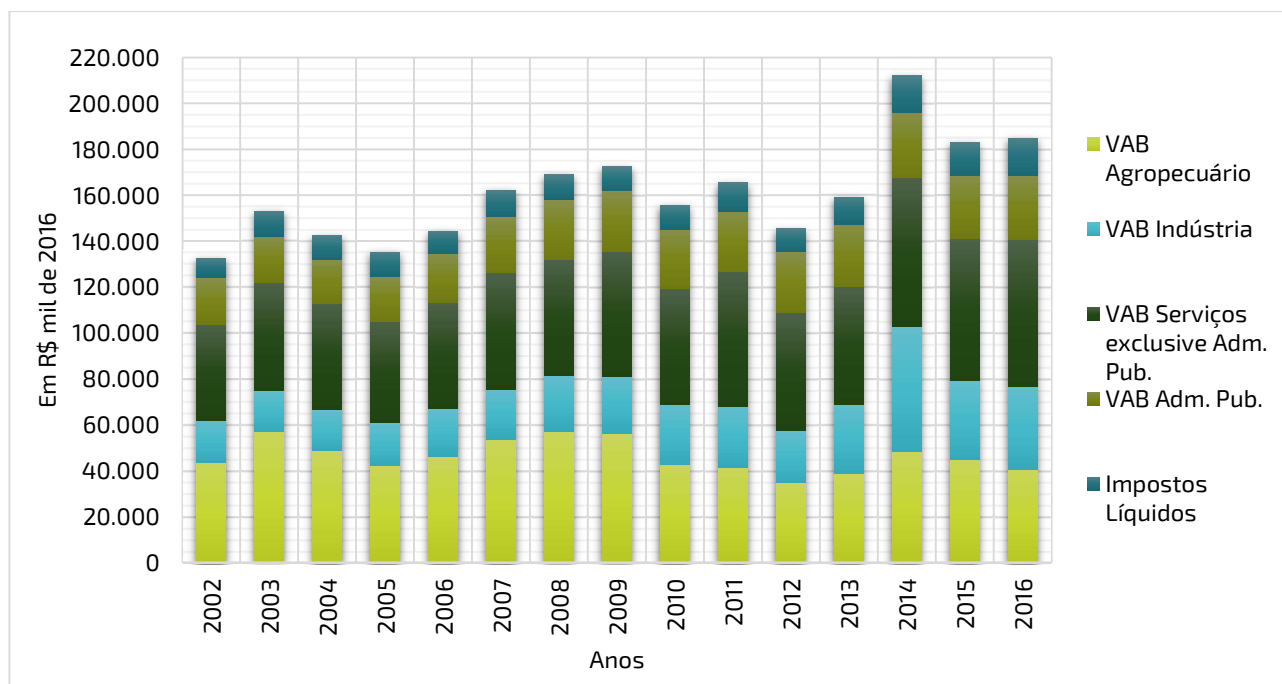
Entre 2002 e 2013, o PIB Real do município evoluiu de R\$ 132,5 milhões para R\$ 184,8 milhões. Em 2014, o PIB atingiu o seu maior patamar (R\$ 212,1 milhões) e o desempenho da economia foi de R\$ 184,8 milhões no ano de 2016.

O setor agropecuário e o de serviços se constituíram como os segmentos com maior capacidade de geração de riquezas. O setor industrial demonstrou um crescimento constante a partir de 2003, onde tinha uma contribuição no valor agregado de R\$ 17,7 milhões, passando para R\$ 36 milhões em 2016.

Apesar de o setor agropecuário ser importante na composição do PIB, o Valor Agregado Bruto do segmento parece estar decrescendo, pois oscilou de R\$ 43,5 milhões em 2002 para R\$ 40,5 milhões em 2016.

Por outro lado, o segmento de comércio e serviços cresceu de R\$ 41,7 milhões para R\$ 64,3 milhões no período analisado, enquanto o VAB do setor público cresceu de R\$ 20,7 milhões para R\$27,7 milhões, conforme é possível observar na Figura 2.

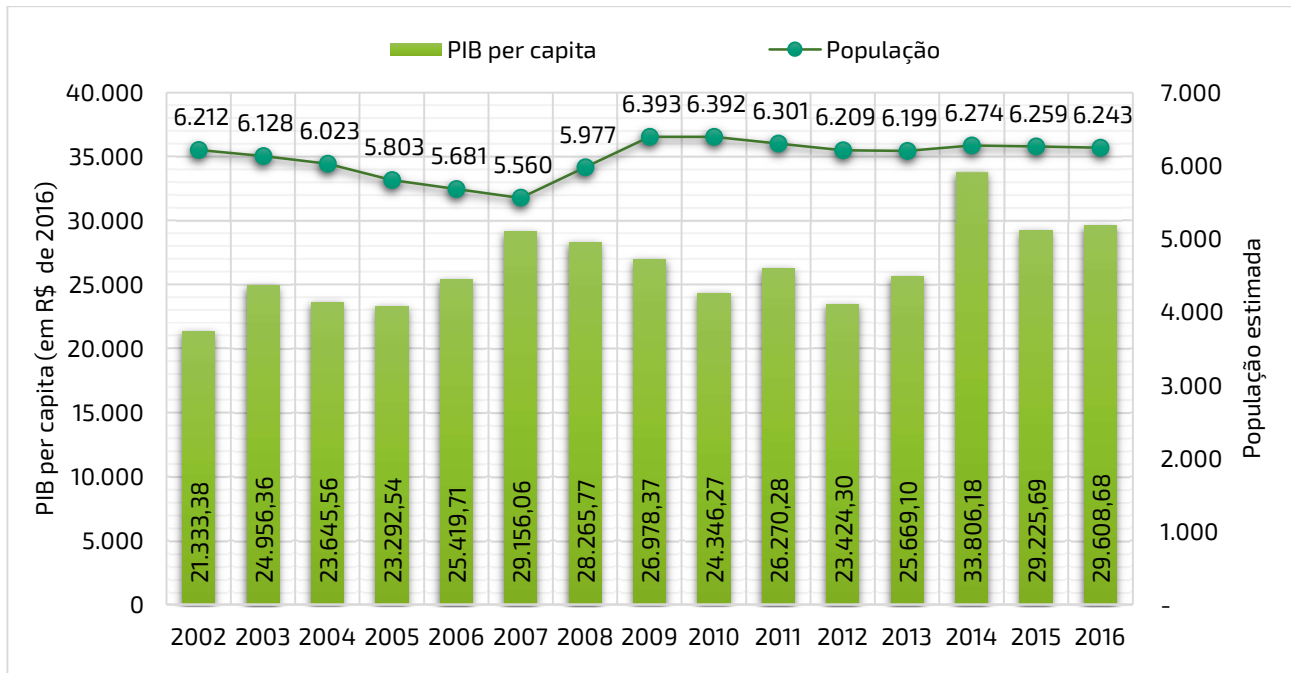
Figura 2. Evolução do Valor Agregado Bruto Real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste contexto, desde o início do período analisado até 2016, o PIB Real *per capita* cresceu de R\$ 21.333,38 para R\$ 29.608,68, conforme é possível observar na Figura 3. Este indicador segue abaixo do regional (R\$ 34,73 mil) e do estadual (37,14 mil).

Figura 3. Produto Interno Bruto *per capita* (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016

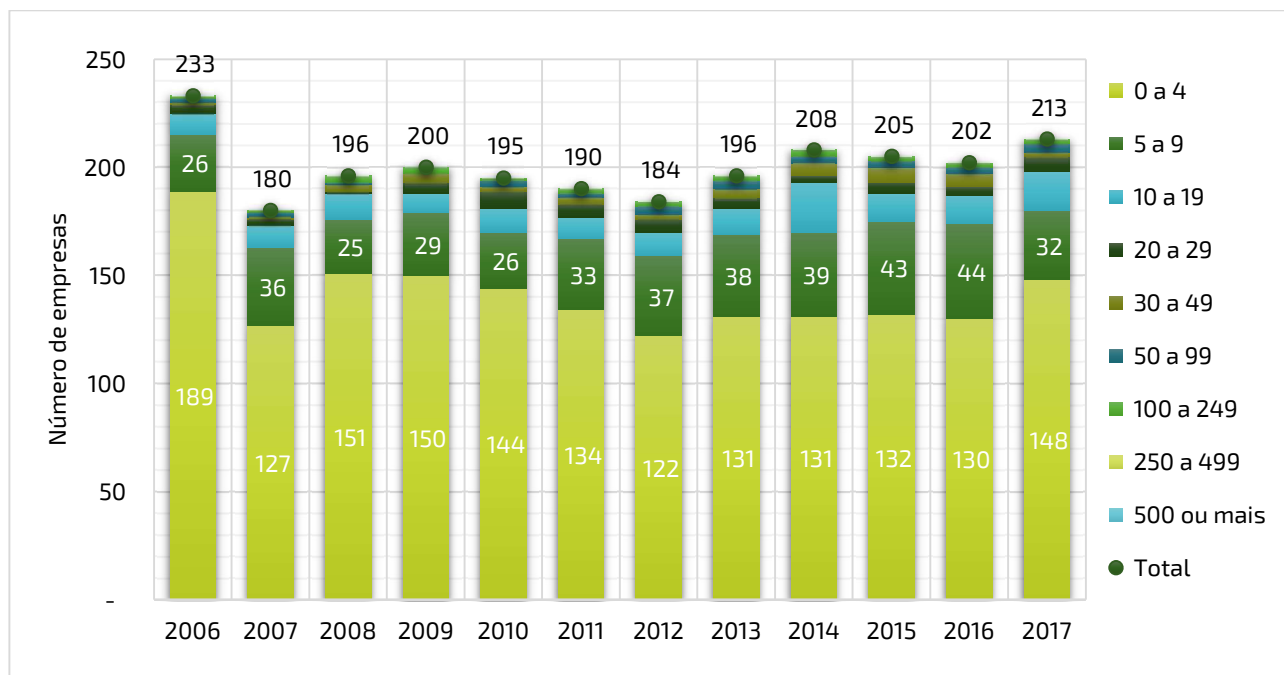


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas que empregam de 0 a 4 funcionários, que juntas representam 69% das empresas do município. Em 2017, 65 empresas empregavam mais de quatro funcionários, entre as quais, 32 situaram-se na faixa de 5 a 9 empregados (Figura 4).

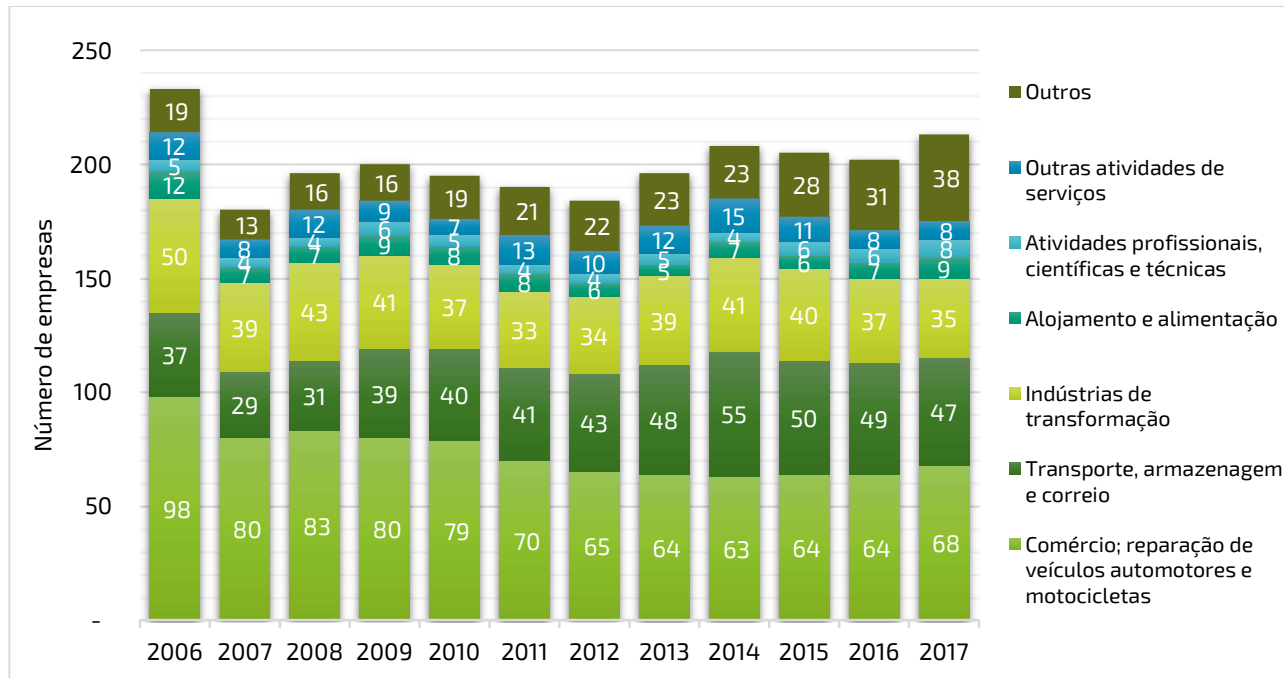
O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas (68, equivalente a 32% do total), mas, desde o início do período até 2016 é possível observar uma redução neste setor, demonstrando uma pequena recuperação em 2017. Por outro lado, observou-se crescimento no número de empresas no segmento de transporte e armazenagem (47, equivalente a 22% do total em 2017), assim como de atividades profissionais, científicas e técnicas (representando 4% em 2017).

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 5 apresenta-se a evolução no número de empresas de todos os segmentos da economia municipal.

Destaca-se também, a indústria de transformação, que apesar de vir decrescendo no decorrer dos anos, com pequenas recuperações, foi responsável por 16% do total de empresas no município em 2017.

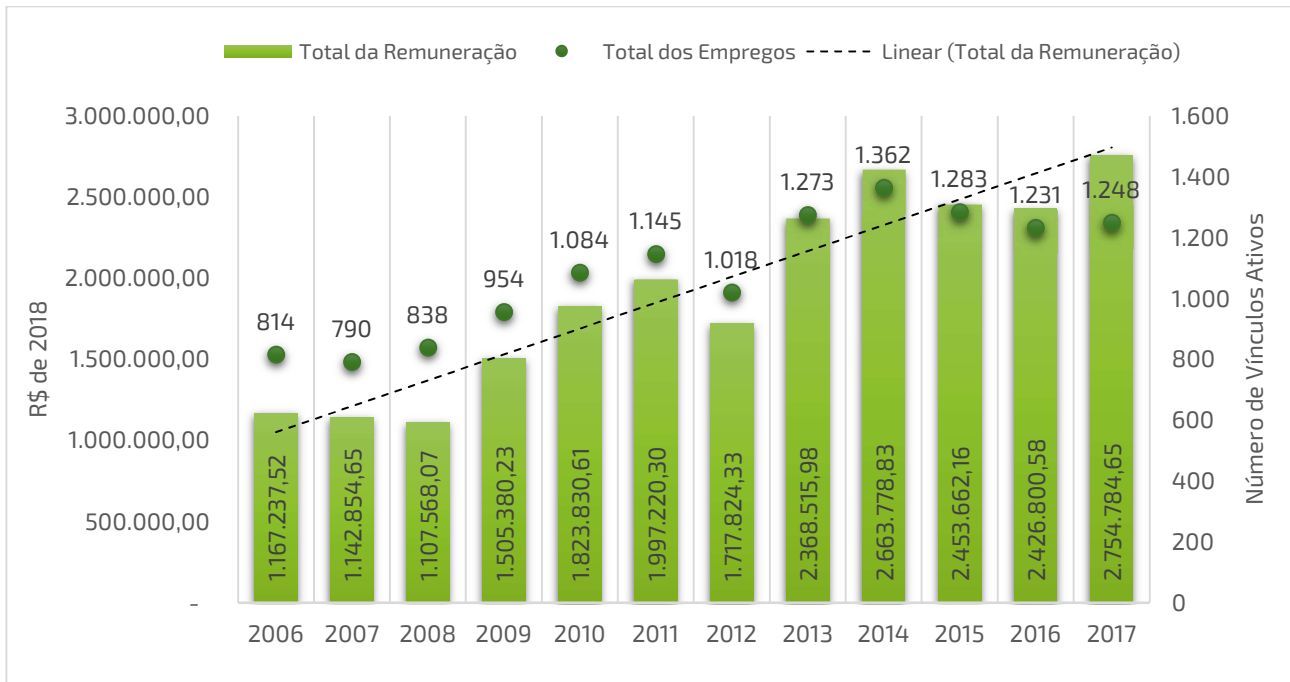
Portanto, observa-se que principalmente transportes, indústria de transformação e comércio foram os principais responsáveis pelo crescimento econômico do município 2017, no que tange ao meio empresarial, representando 70% do total de empresas.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial.

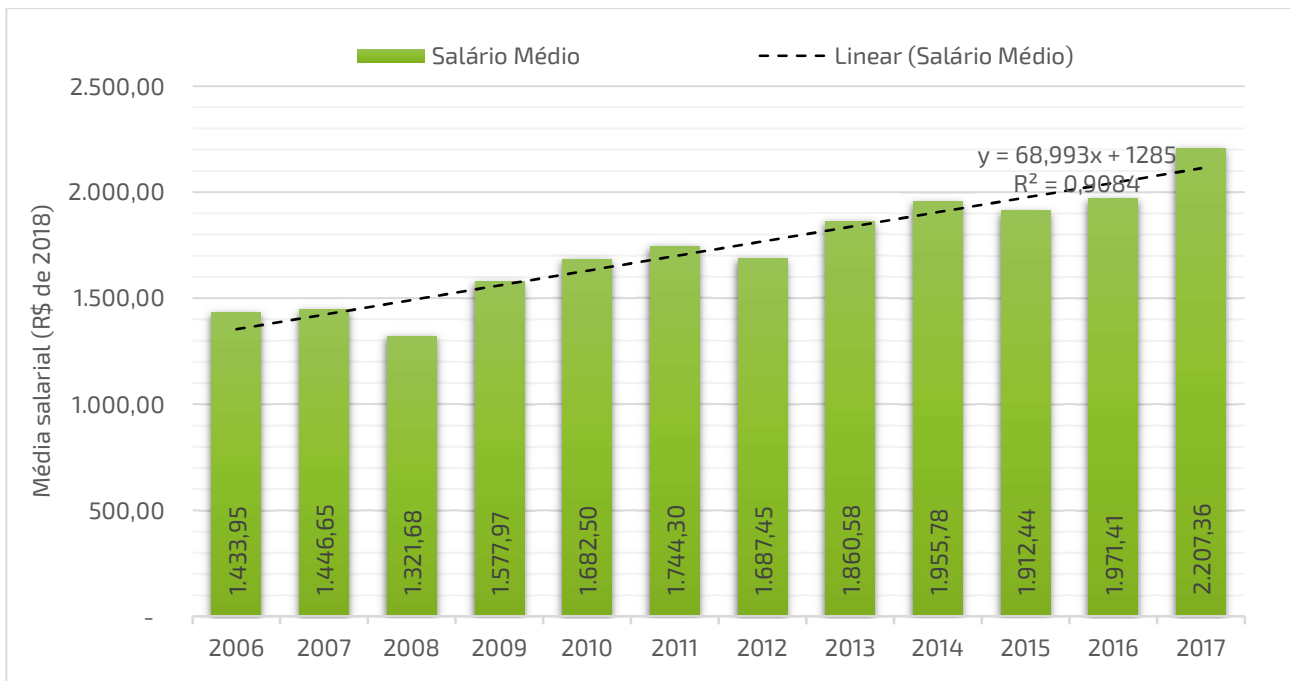
Em Caibí, partiu-se de 814 postos de trabalho com carteira assinada e de um total de R\$ 1,1 milhões em salários mensais no ano de 2006 para 1.248 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 2,7 milhões no ano de 2017. Entre 2006 e 2014, o crescimento do emprego e dos salários foi robusto, mas a partir de 2014 a economia vivenciou relativa estagnação.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração mensal (em R\$ de 2018): 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Figura 7. Remuneração média em (R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio: 2006 a 2017

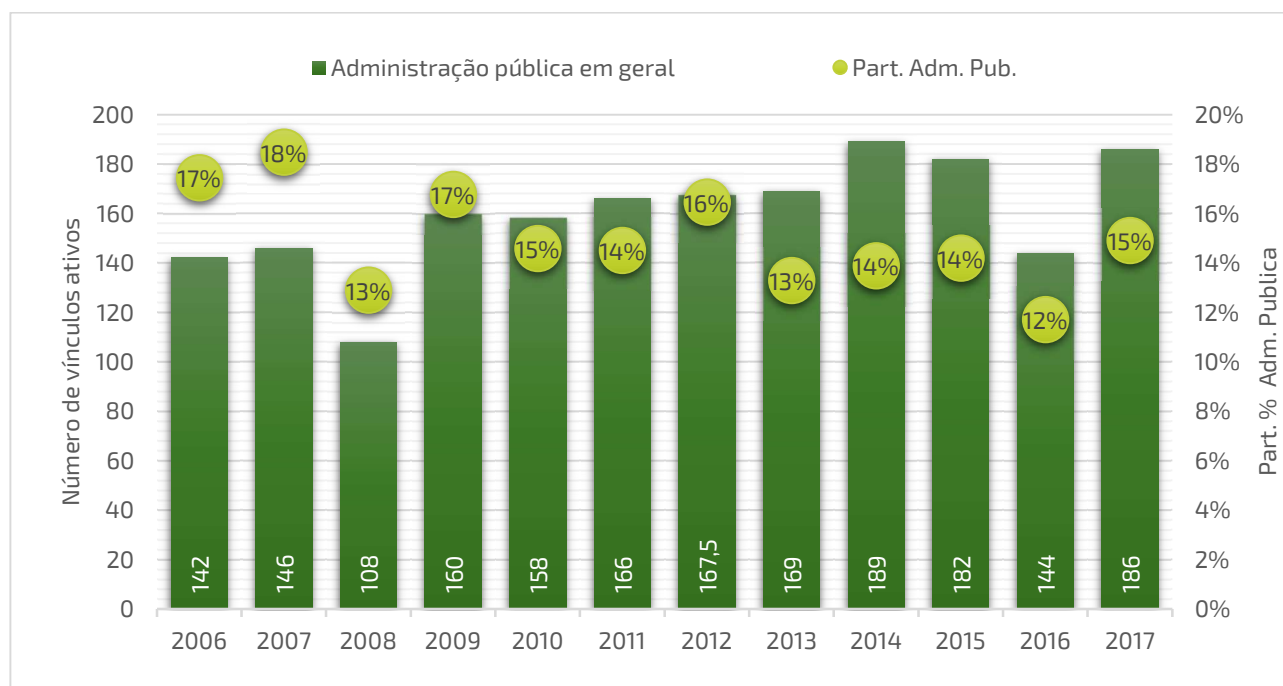


Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na Figura 7, é possível observar a evolução da remuneração média desses postos de trabalho, onde se destaca o crescimento salarial médio de R\$ 1.433,95 por trabalhador em 2006 para R\$ 2.207,36 em 2017. A reta "linear (Salário Médio)" mostra uma clara tendência de crescimento no salário médio praticado no município.

Na Figura 8 é possível observar a representatividade do setor público no mercado formal de trabalho do município. Na média, a participação do trabalho no setor público (atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo) de 2006 a 2017 ficou em torno de 15%. Em termos absolutos, os empregos no setor público aumentaram 53,31% no período, iniciando em 2006 com 814 postos de trabalho e chegando em 1248 postos no ano de 2017.

Figura 8. Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



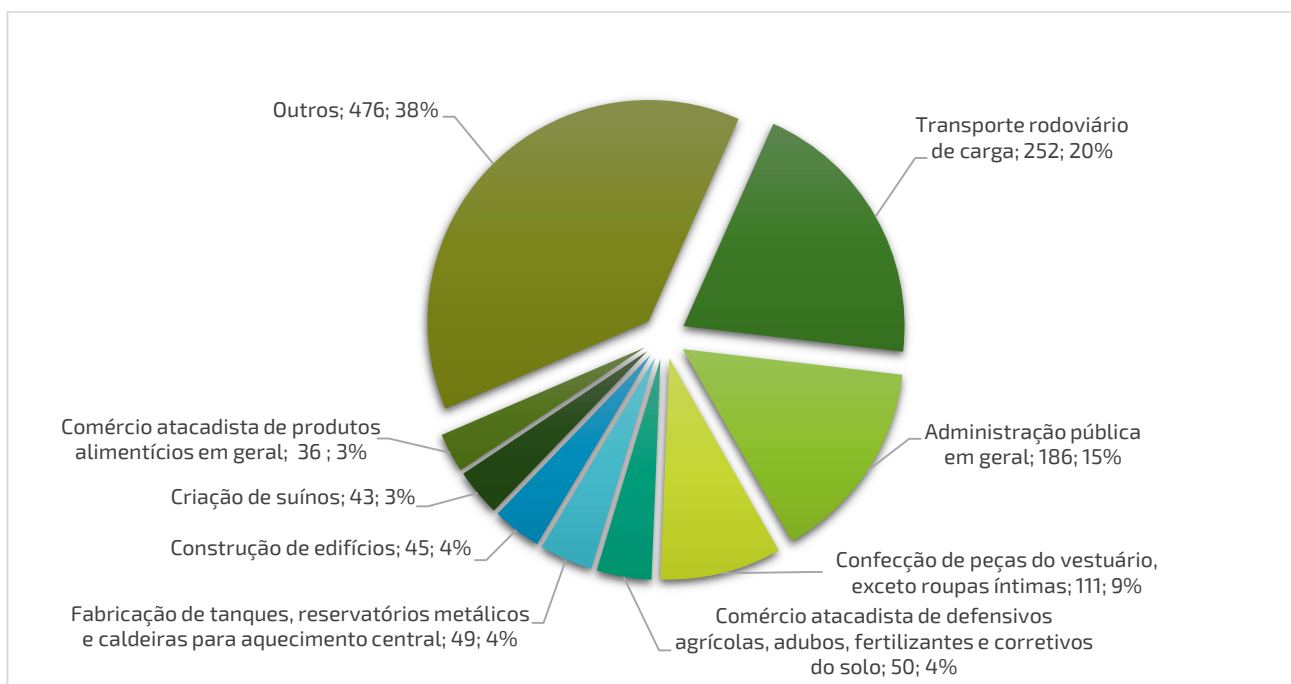
Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Na média, a participação do trabalho no setor público (saúde pública, educação pública, segurança pública, administração pública, etc.) de 2006 a 2017 ficou em torno de 15%. Em termos absolutos, os empregos no setor público aumentaram 53,31% no período, iniciando em 2006 com 814 postos de trabalho e chegando em 1248 postos no ano de 2017.

Ao observar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica no município nota-se que cerca de 20% dos postos de trabalho estão vinculados a empresas privadas ligadas ao transporte rodoviário de carga, seguido pela administração pública direta (15% dos empregos formais), que compreende as atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo

Com o objetivo de aprimorar a caracterização do total de empregos formais gerados em 2017, apresenta-se a Figura 9.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Por fim, destaca-se que entre 2006 e 2017 foram gerados 434 novos postos de trabalho, sendo os principais, no setor de transporte rodoviário de carga (178 novos empregos), no vestuário (50), na administração pública em geral (44), na construção civil (37) e, por fim, no comércio atacadista com 36 novos empregos gerados.

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades. Cerca de 84% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram cerca de 59% da área (Tabela 3).

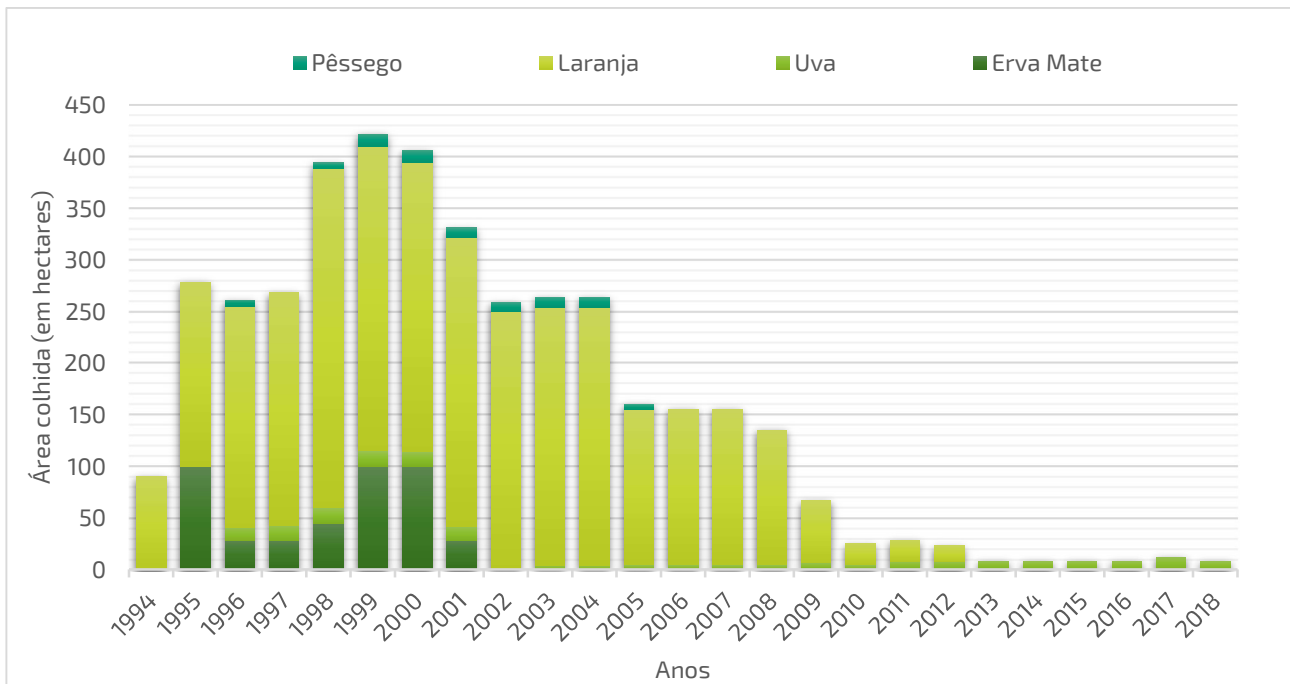
Tabela 3. Estrutura Fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	1072	9.600,84	84,21	59,35
1-2	175	4.593,02	13,75	28,39
2-3	13	616,08	1,02	3,81
3-4	6	438,05	0,47	2,71
4-5	2	183,61	0,16	1,14
5-6	0	0	-	-
6-7	1	132,94	0,08	0,82
7-8	4	611,58	0,31	3,78
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	1.273,00	16.176,12	100,00	100,00

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Cerca de 13% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 28% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 91% da área dos imóveis rurais.

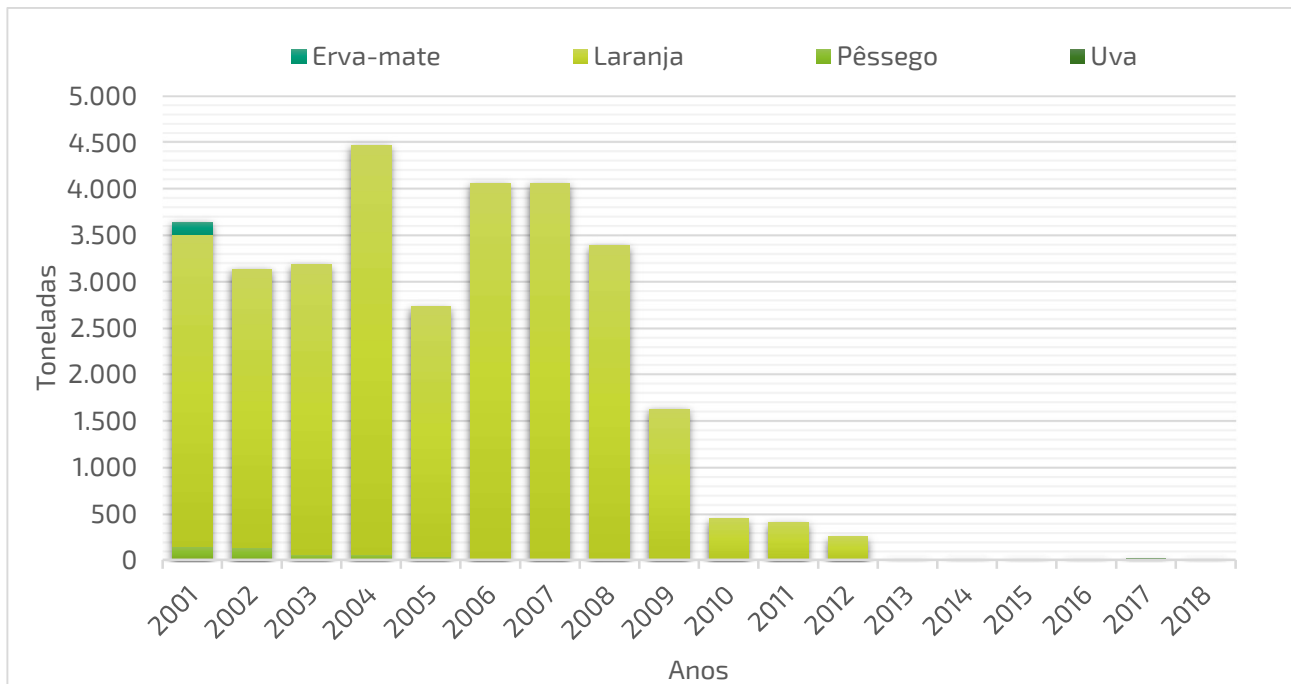
Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1994 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

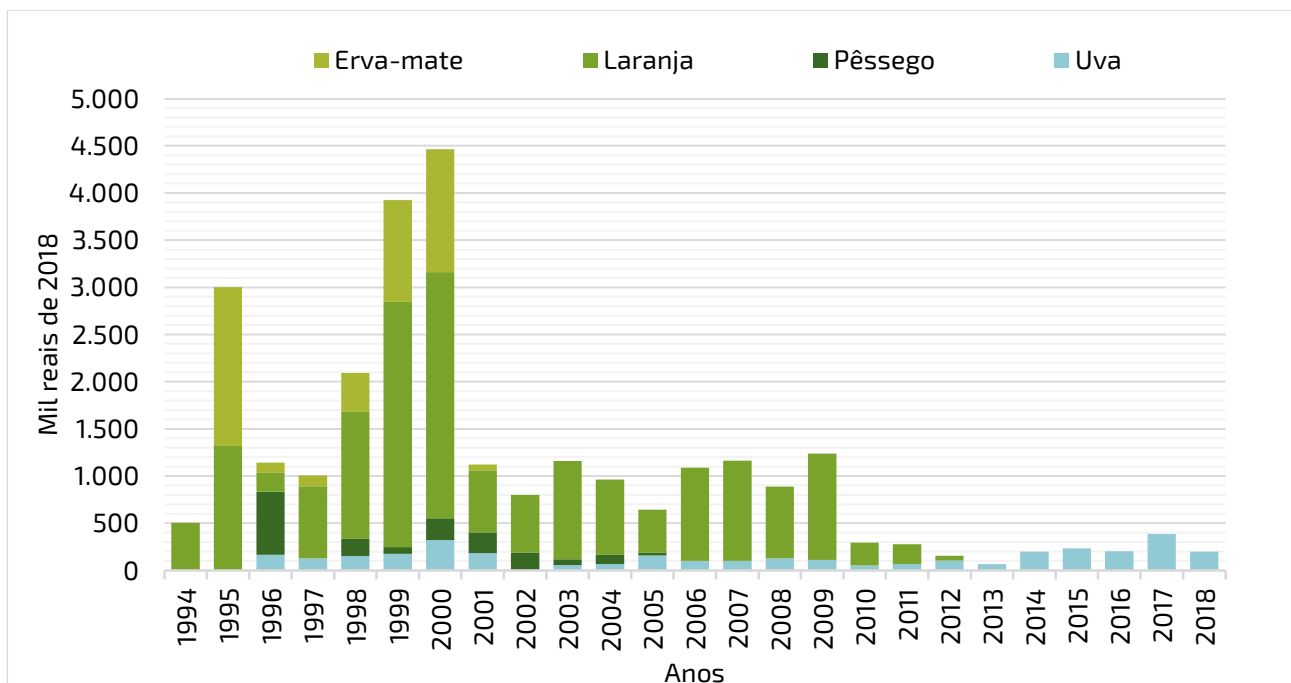
Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 12 hectares para culturas perenes e 3.350 para a lavoura temporária (Figura 10). A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente não é o forte do município, pois, conforme se pode observar na Figura 10, existe uma descontinuidade das culturas de frutos, como por exemplo o caso do cultivo da laranja que teve início em 1993 com área ocupada de 36 hectares e, chegando a aumentar para 328 hectares em 1998 e, tendo sua interrupção em 2012 com somente 15 hectares.

Entretanto, observa-se que desde 2002 o município conta com cultura de uva a qual também reduziu sua área de cultivo, ao passar de 13 hectares em 1996 para 8 em 2018, dando mais um indicativo de que a lavoura permanente não é bem explorada pelo município.

A Figura 11 também permite observar redução significativa na quantidade produzida de culturas da lavoura permanente. Neste contexto, as estatísticas mostram que estas atividades não são intensas no local.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar (Figura 13), que o milho e a soja e constituem como as principais culturas por apresentarem as maiores áreas plantadas, Na

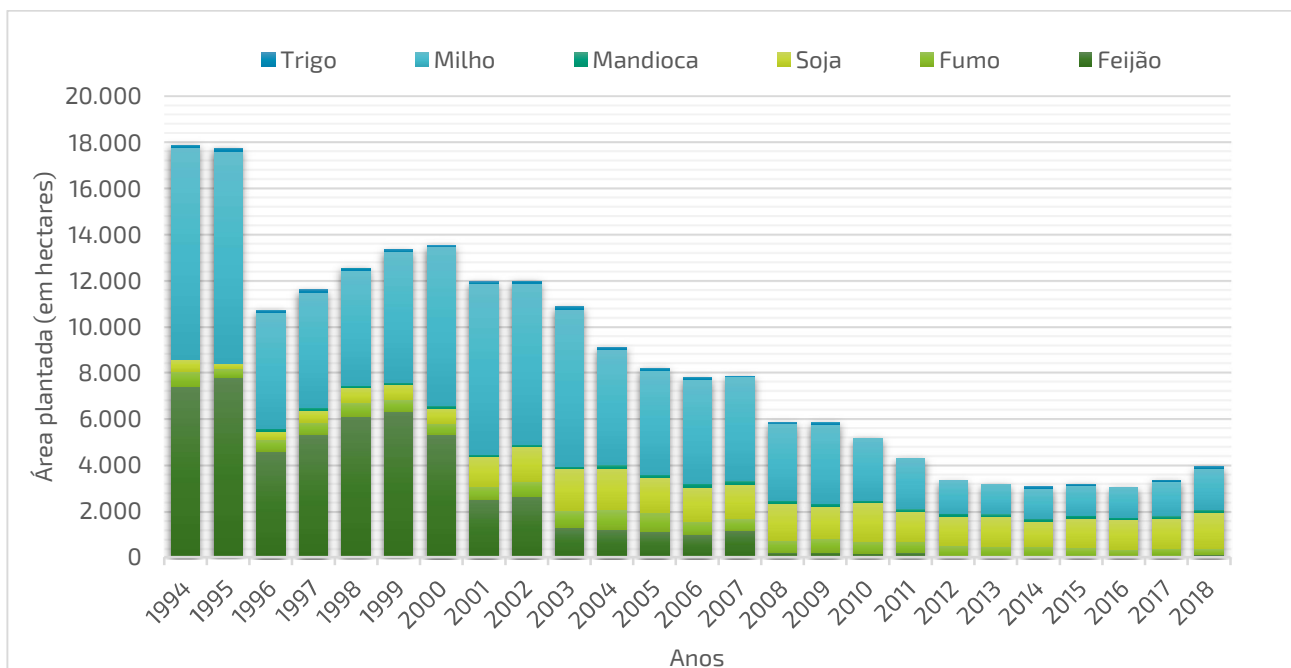
Figura 12 é possível observar o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente, deflacionado pelo IGP-DI base de 2018, onde se destaca a forte queda da produção de laranja e erva-mate. Em 2018 foi registrado o valor de R\$ 200 mil, mas apenas para a cultura da uva.

mas a tendência é de redução da importância desta atividade, uma vez que a área plantada de lavoura temporária, que chegou a 18 mil hectares em 1994, reduziu para 4 mil hectares em 2018.

O Feijão foi uma cultura intensiva no município, mas a área plantada foi reduzida drasticamente no decorrer dos anos e em 2018 situou-se em 105 hectares. Também é perceptível a tendência de redução das áreas plantadas, a exemplo da soja que em 1994 contava com 7.400 hectares e em 2018 caiu para 105 hectares.

A área plantada de milho também é outro exemplo de retração, pois em 1994 o município contava com 9.200 hectares e em 2018 a área situou-se ao redor de 1.800 hectares, o que representa uma redução de 78%.

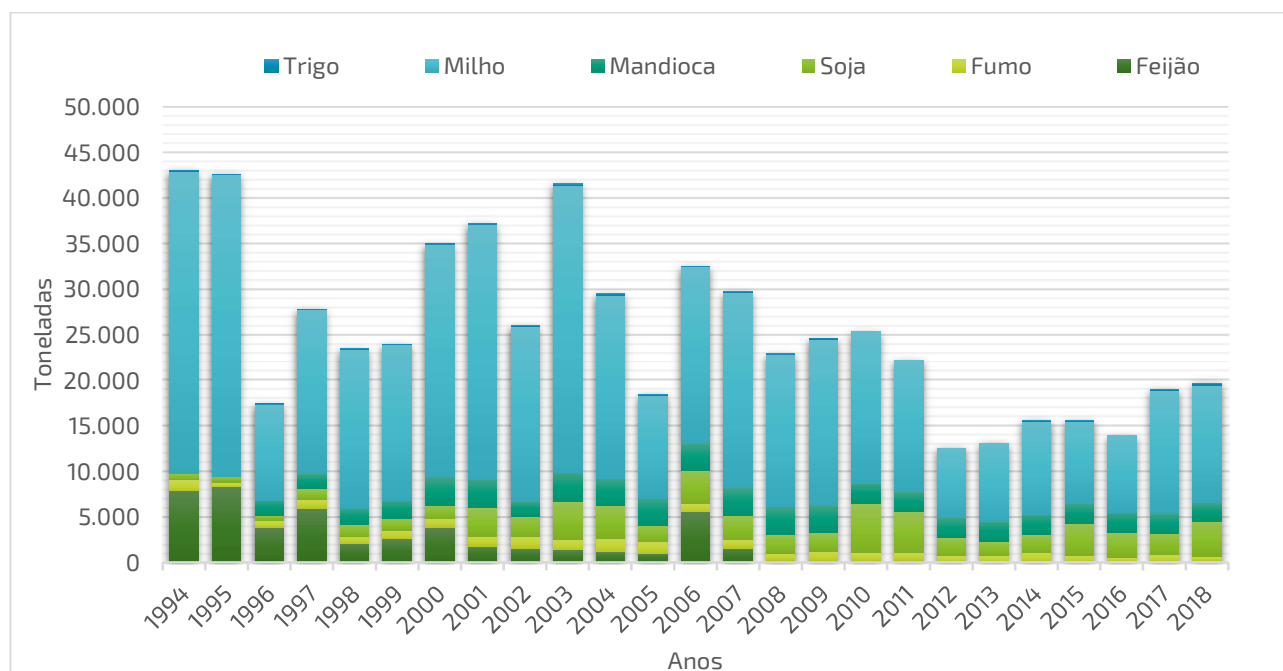
Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1994 – 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 14 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível verificar o volume de produção de milho, que varia de 7.768 toneladas (em 2012, menor volume do período) a 33.120 toneladas (1994 e 1995). Assim como oscilações na soja (524 toneladas em 1996 a 5.478 mil toneladas em 2010).

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1994 – 2018

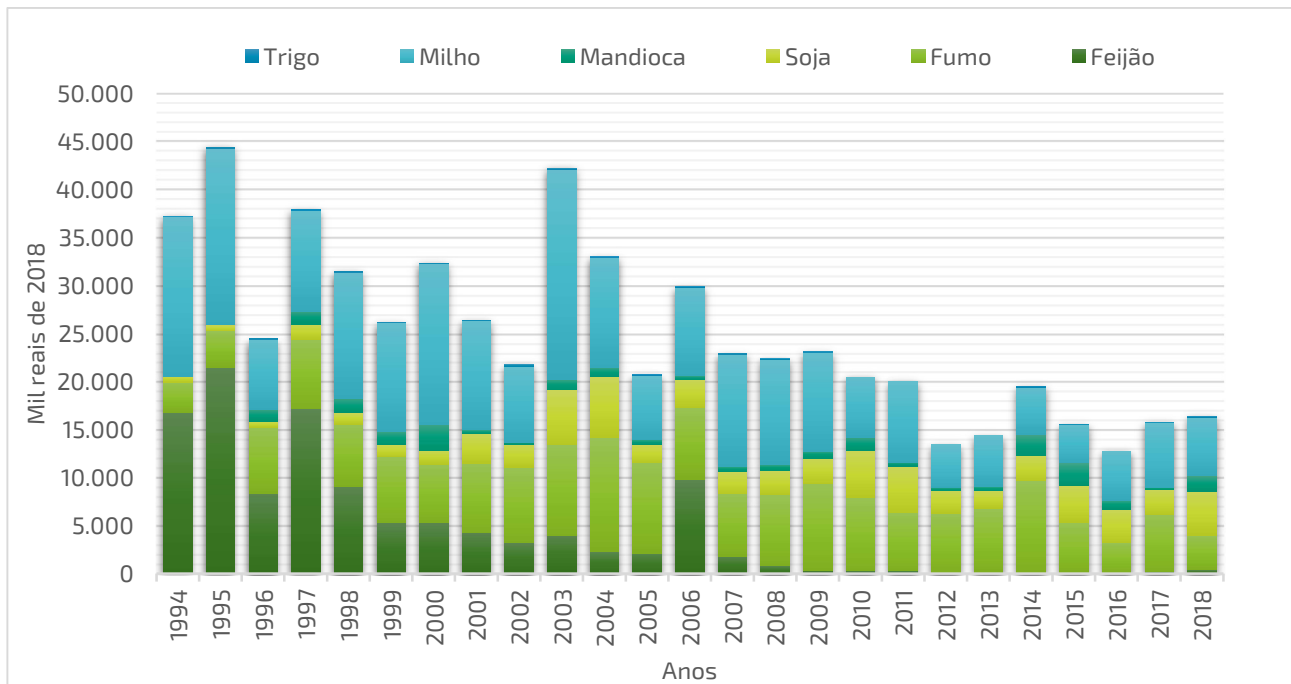


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos reais⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária passou dos R\$ 42 milhões em 1995 e 2003, mas reduziu para R\$ 16,3 milhões em 2018. Neste período, a produção de feijão chegou a R\$ 21 milhões, mas a partir de 2008 reduziu significativamente. Em linhas gerais, a tendência foi de redução no valor da produção da lavoura temporária até o ano de 2012, momento em que parece ter estabilizado na casa dos R\$ 16 milhões por ano.

Em 2018, as principais culturas foram: milho (R\$ 6 milhões), soja (R\$ 4,6 milhões), fumo (R\$ 3,6 milhões) e mandioca (R\$ 1,6 milhões)

⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, observa-se na Figura 16 algumas oscilações na produção dos principais rebanhos durante o período de 1990 a 2018.

Neste aspecto, o rebanho de galináceos⁵ cresceu 944% entre 1990 e 2007, passando de 95,8 mil cabeças para 1 milhão de cabeças. O efetivo deste rebanho permaneceu com 1 milhão de cabeças até o ano de 2009 e a partir de então foi reduzido, de tal forma que em 2016 chegou a 226,9 mil cabeças, mas retomou o crescimento e em 2017 foi ampliado para 655,43 mil cabeças.

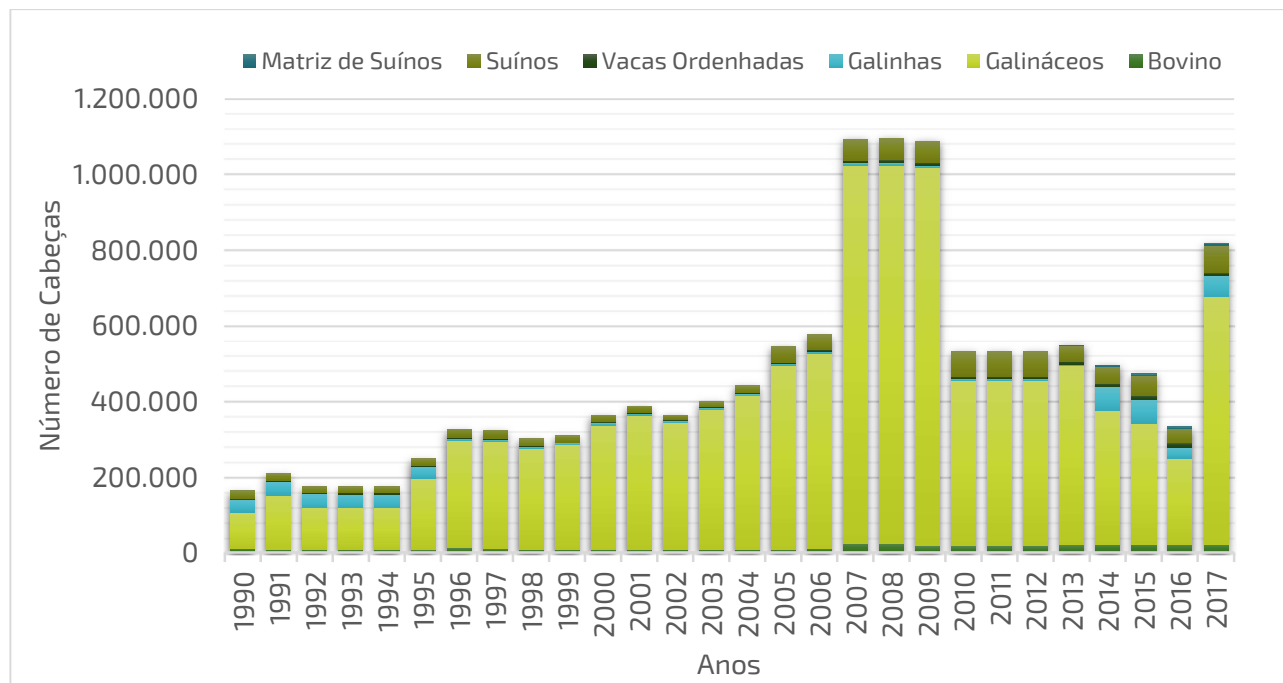
O efetivo do rebanho de galinhas⁶ oscilou durante o período analisado. Em 1990 contava com 32.840 cabeças e passou para 56.820 mil em 2017, efetivando um crescimento de 73%. Da mesma forma, o rebanho bovino cresceu 94% no período analisado, de 11 mil

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁶ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

para 21,4 mil cabeças. O rebanho de suínos cresceu 239%, de 21,7 mil para 73,5 mil, entre 1990 e 2018.

Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 – 2017

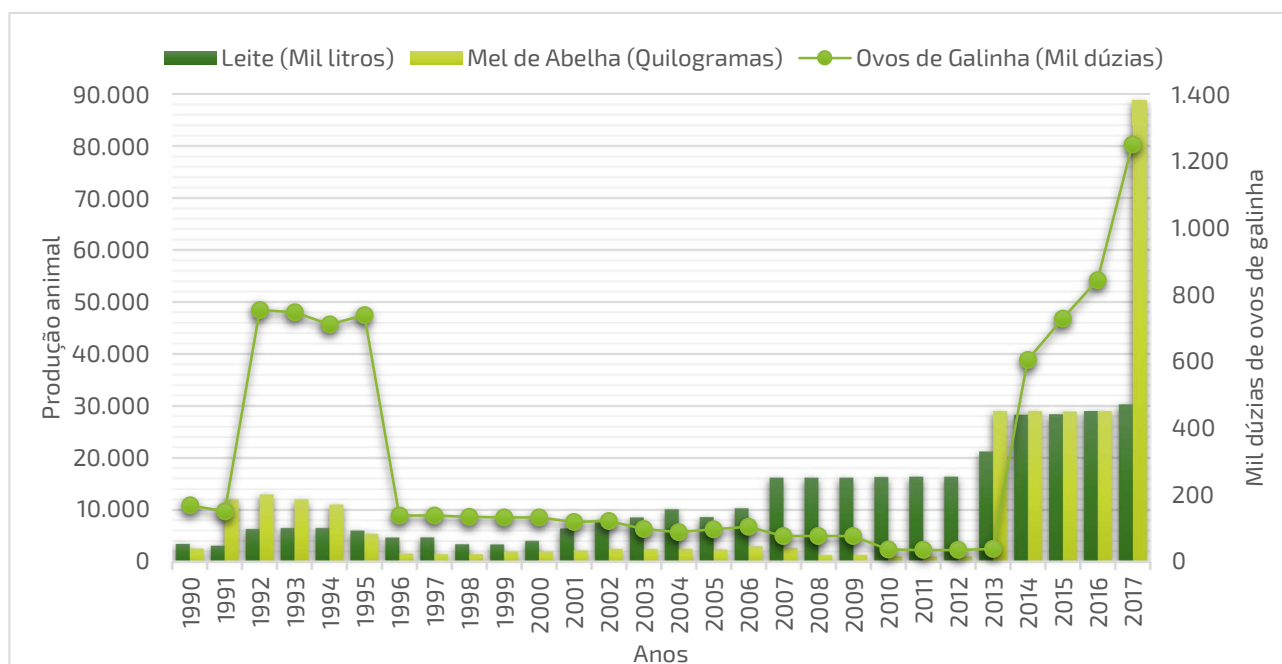


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

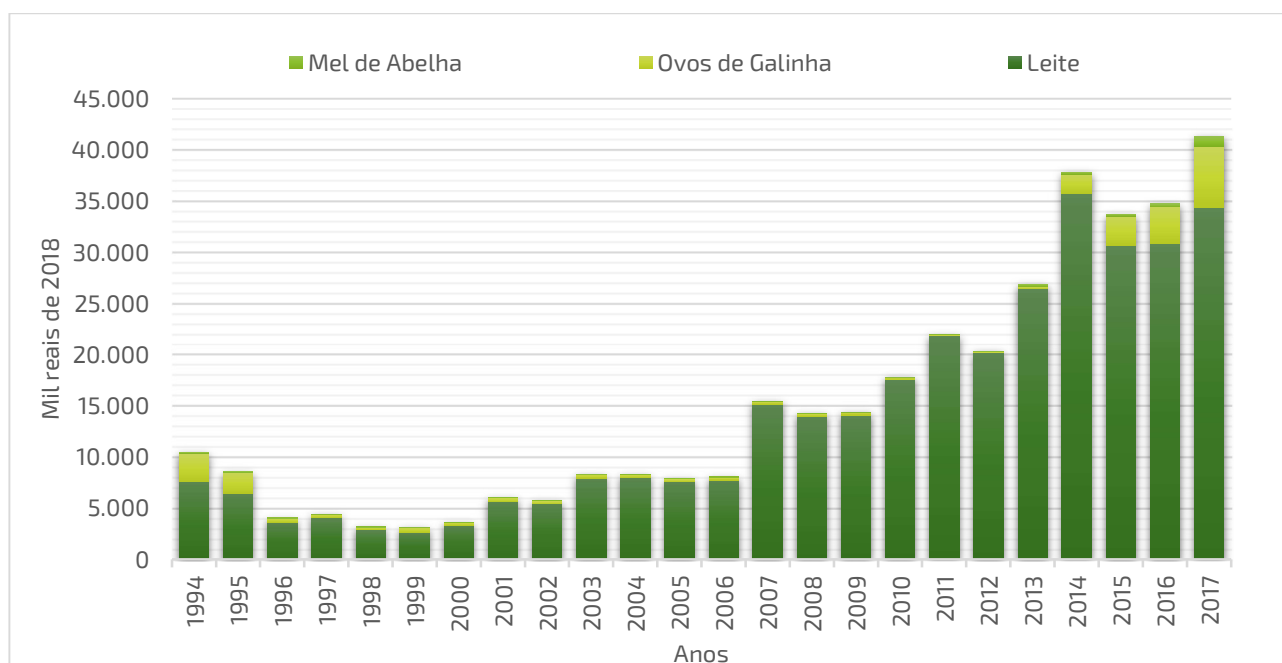
A produção de leite no município expandiu de 6,5 milhões de litros em 1994 para 30,3 milhões de litros em 2017.

Em 1990 a produção de mel alcançou cerca de 2,5 mil quilos. Após um período de encolhimento até o ano de 2013, o segmento se recuperou e em 2017 atingiu o volume de 88,7 mil quilos, conforme é possível observar na Figura 17.

A produção de ovos cresceu de 167 mil dúzias em 1990 para 753 mil em 1992, mas, passou por momentos de retração entre 1996 e 2013, vindo a ter uma recuperação somente a partir de 2014, momento em que iniciou uma trajetória de crescimento e situou-se no patamar de 842 mil dúzias em 2017.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Com R\$ 34,3 milhões de valor da produção, a atividade leiteira é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, conforme é possível verificar na Figura 18.

Por sua vez, o valor da produção de ovos oscilou e alcançou R\$ 6 milhões em 2018. Já, o valor da produção de mel passou de R\$ 142 mil em 1994 para R\$ 946 mil em 2017.

Apesar da tendência de redução na produção de muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 7,6 milhões para R\$ 29,9 milhões entre 1998 e 2018, o que atesta a importância do setor agropecuário para a economia do município.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010) foi de 98,7 %, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 665 matrículas no ensino fundamental e 237 no ensino médio.

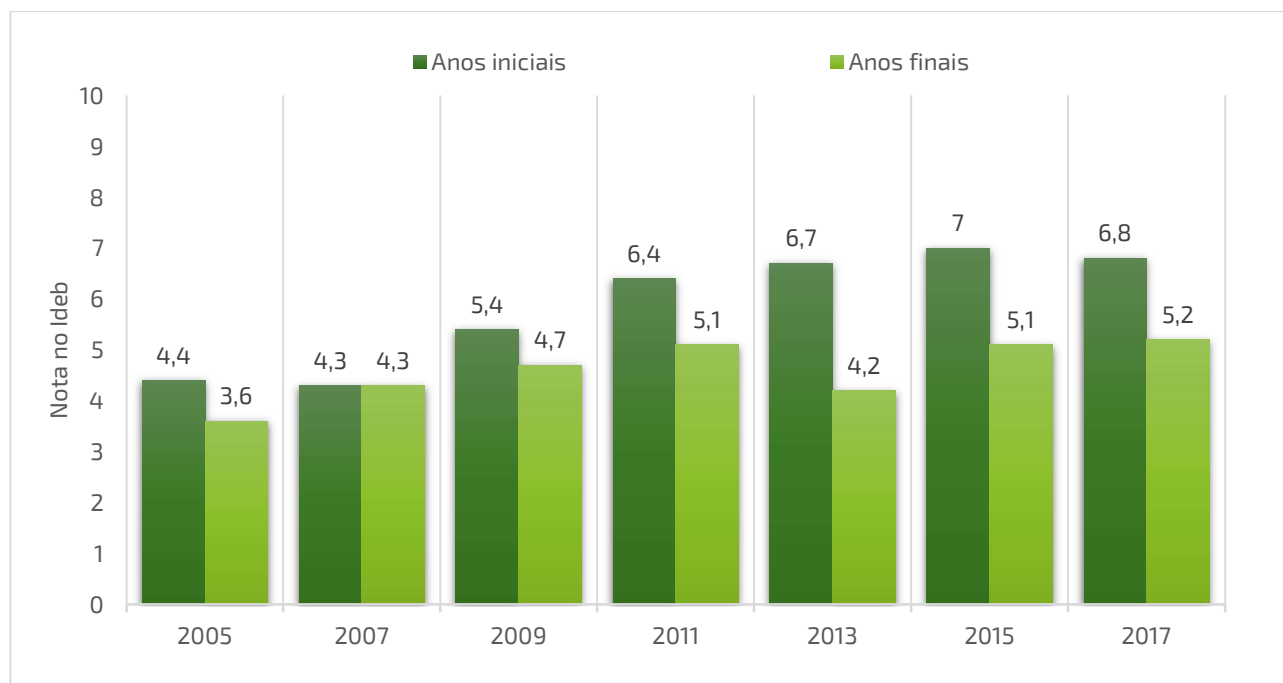
Em 2018, cerca de 51 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 24 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 4 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19. Neste sentido, a educação dos anos iniciais

⁷ Criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e considerado como um dos principais indicadores para aferir a qualidade da educação e permitir o estabelecimento de metas. Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas

evoluiu significativamente até 2015, momento em que atingiu a nota 7,0, com pequena queda em 2017 (6,8).

Figura 19. IDEB das escolas do município de Caibi/SC: 2005 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em relação aos anos finais da educação, o desempenho dos alunos do município durante o período estudado veio crescendo, partindo de um índice de 3,6 em 2005 para 5,2 em 2017, observando uma pequena queda em 2013.

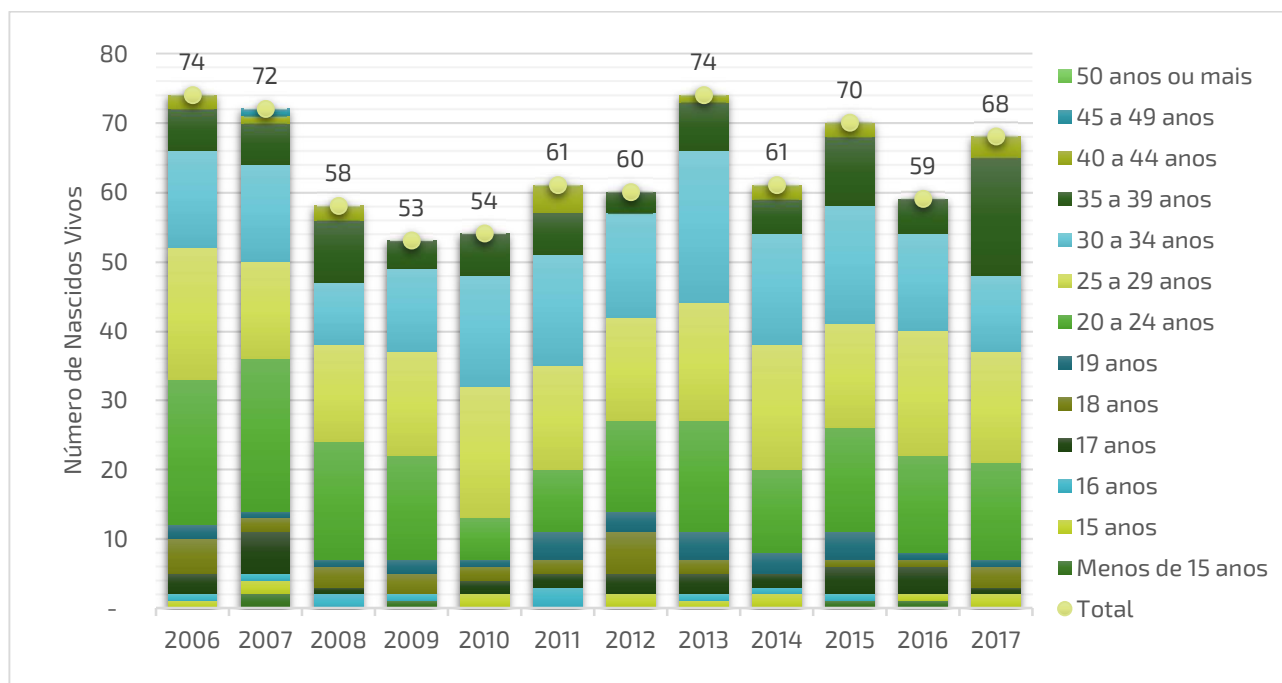
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma tendência de decréscimo no número de nascimentos de crianças, partindo de 74 nascidos vivos em 2006 para 69 em 2017.

escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Caibi/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

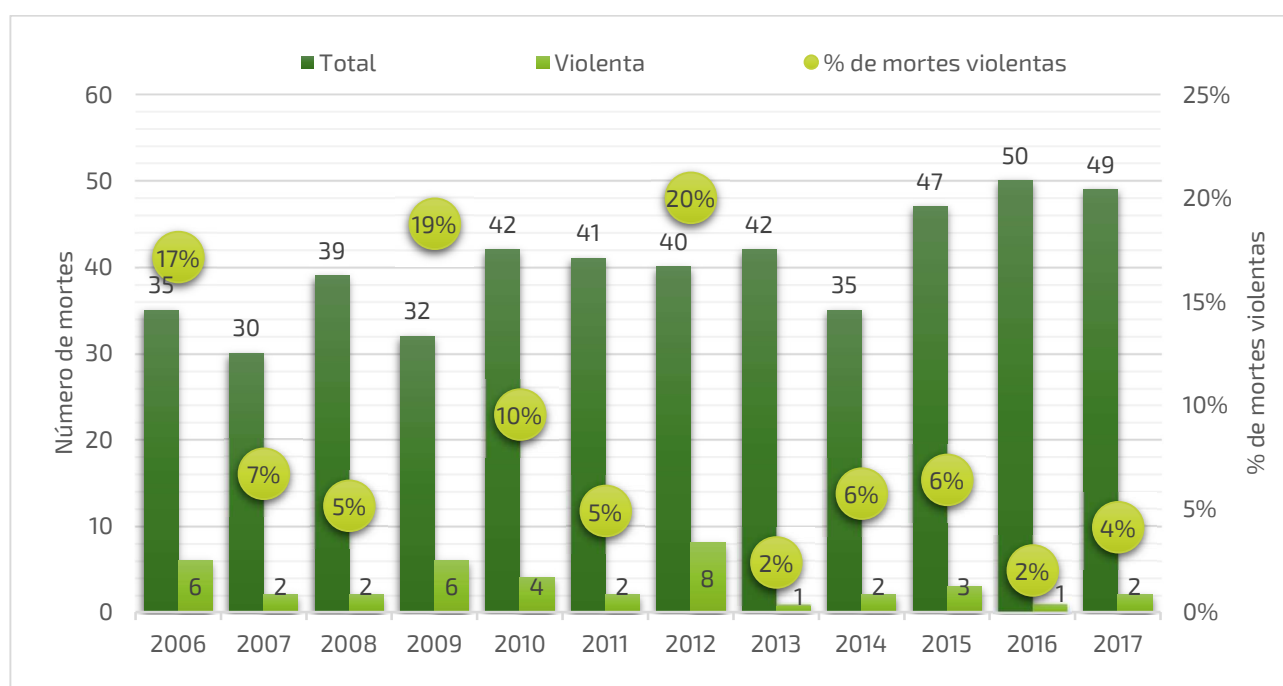
Em 2017 foram registrados três partos em mães com menos de 18 anos, o que, apesar de não representar uma proporção elevada, chama atenção ainda pela precocidade destas crianças e adolescentes mães. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados três partos de mães com mais de quarenta anos.

A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 a taxa de mortalidade infantil foi de 14,49 e "A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 14.49 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1.1 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 86 de 295 e 137 de 295, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2021 de 5570 e 2285 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número de mortes violentas decresceu de 17% em 2006 para 4% em 2017. Em 2012 chegou a alcançar o patamar mais alto (20%), em contrapartida, em 2013 e 2016 decresceu ao patamar mais baixo (2%), conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Caibi/SC: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2007 com 30 mortes, porém 7% destas foram de forma violenta.

O ano de 2012 foi o que apresentou a maior taxa de mortes violentas, 20% de um total de 40, demonstrando um vetor importante de violência. Entretanto, a partir de então, os indicadores ficaram abaixo da média, que se aproxima dos 8%.

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 482 óbitos, dos quais 39 ocorreram de forma violenta.

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 4% (mínimo observado em 2017) fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

"O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes" (FIRJAN, 2019).

Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM.

Neste sentido:

- a. Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- b. Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- c. Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- d. Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

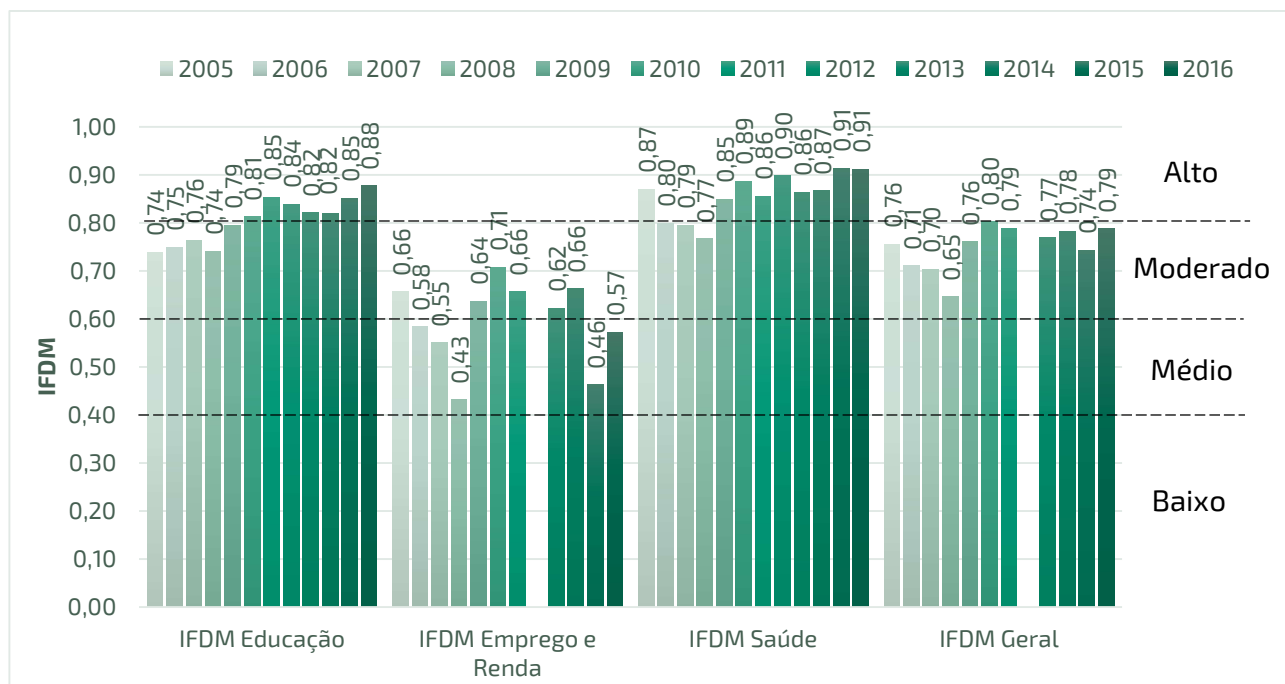
Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis

<ul style="list-style-type: none"> Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> Docentes com ensino superior no ensino fundamental Média de horas aula diárias no ensino fundamental Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> Interação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

Figura 22. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal: 2005 – 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa ao emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Observa-se que o município teve uma queda no emprego e renda de 2006 até 2008, retomando o crescimento de 2009 e 2010, voltando a cair até 2015 e a crescer em 2016. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural. Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Caibi possui “22.8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 93.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 26.1% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 248 de 295, 13 de 295 e 136 de 295, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3478 de 5570, 1087 de 5570 e 1452 de 5570, respectivamente” (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui cerca de 17,2mil hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 16.176,11 hectares. Destes, cerca de 7,75% foram declarados como Área de Proteção Permanente (APP), 11,84% como Reserva Legal e 80% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	17.171,10	
Número de imóveis rurais	1273	
Área total dos imóveis rurais	16.176,11	94,21
Área média:	12,71	
Área mínima/máxima:	0,07 / 158,46	
APP	1.253,82	7,75
APP - Recomposição	31,94	0,2
Reserva Legal	1.915,01	11,84
Vegetação Nativa	2.124,78	13,14

Servidão Administrativa	59,65	0,37
Área Consolidada	12.941,08	80
Banhados	1	0,01
Número de Nascentes	21	0
Uso Restrito	18,59	0,11
Hidrografia	654,51	4,05
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	994,99	5,79

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Conforme se observa na Tabela 5, os dados permitem observar que dos 1.273 imóveis rurais, cerca de 53% mantém APP, 1% declarou ter olha d'água, 68% tem reserva legal e 77% contam com vegetação nativa.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA ¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA ²	% IR com EA ³	% IR sem EA ⁴
APP	675	1.286	598	53	47
Área Consolidada	1.242	12.941	31	98	2
Banhado	1	1	1.272	0	100
Hidrografia	676	566	597	53	47
Nascente olho d'água	17	-	1.256	1	99
Reserva Legal	860	1.915	413	68	32
Servidão Administrativa	182	60	1.091	14	86
Uso Restrito	5	19	1.268	0	100
Vegetação Nativa	986	2.125	287	77	23
Área topo de morro	0	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - CAIBI					
Número Total de I.R.:	1.273	16.176,11			
Área Total do Município:		17.171,10			
% Área declarada/Área Município:		94,21			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. REFLEXÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

O presente estudo se constitui como basilar para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado** regional, **nacional** e **global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização** e **valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus

empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d) empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

CIDADES BRASIL. **Município de Caibi**. 2019. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-caibi.html> Acesso em: nov/2019.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI (SC). Prefeitura. **Apresentação**. 2019. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-caibi.html> Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.